



MINISTÉRIO DA ECONOMIA-ME
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA

RELATÓRIO ANUAL DE CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

2020

Manaus – JULHO 2021

Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA

**Av. Ministro Mário Andreazza, 1.424 – Dist. Industrial CEP. 69075-830
Manaus - Amazonas**

Super@suframa.gov.br

Algacir Antônio Polsin

Superintendente

Hilca Maria Lopes Sá Valente

Autoridade de Monitoramento da LAI

Portaria Nº 780, de 25/09/2019

Edição SIC/Suframa

Elaborado pela Equipe do SIC/Suframa

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. DADOS GERAIS SOBRE PEDIDOS E RESPOSTAS...5	
3. DADOS ESTATÍSTICOS.....6	
3.1 Evolução Mensal dos Pedidos	6
3.2 Pedidos e Respostas.....	7
3.3 Tipos de Decisões.....	7
4. PERFIL GERAL DOS SOLICITANTES.....9	
5. MONITORAMENTO DA LAI.....12	
5.1 Rol Mínimo de Dados Obrigatórios de Transparência Ativa.....	12
5.2 Avaliação do Plano de Dados Abertos.....	18
6. RECURSOS.....20	
7. APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS.....24	

1. APRESENTAÇÃO

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) publica o 1º Relatório Anual de cumprimento da Lei Nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), nos termos do art. 40, inciso II, e do art. 67, inciso II do Decreto nº 7.724/2012, decreto regulamentador da lei, no âmbito da Autarquia, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

A LAI representa um marco essencial na criação de uma cultura de transparência nos órgãos e Instituições públicas. Ela obriga órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. A divulgação de informações de interesse público ganhou procedimentos para facilitar e agilizar o acesso por qualquer pessoa.

O presente relatório apresenta um panorama geral acerca da LAI e dos procedimentos adotados para o atendimento dos pedidos de acesso à informação recebidos e respondidos ao longo do exercício 2020 na Suframa. Contempla os dados estatísticos para do período citado referentes a pedidos de informação, respostas concedidas, interposição de recursos, motivos de negativas, decisões proferidas, unidades mais demandadas e adoção de melhoria nos processos.

Além disso informa o perfil geral dos solicitantes de pedido de acesso à informação. Informações como gênero, escolaridade, se pessoa física ou jurídica. Dados compilados por ocasião do cadastramento individual de cada manifestação.

Informamos também como foi o monitoramento da LAI na Suframa no ano de 2020, contemplando a transparência ativa e a avaliação dos trabalhos de execução e publicação do Plano de Dados Abertos da Autarquia.

Apresentamos, ainda, dados relacionados aos recursos a pedidos feitos no âmbito da LAI, considerando o motivo da interposição do recurso e a natureza de suas decisões.

A importância desse relatório é dar conhecimento do quadro atual da Suframa no que diz respeito a implementação e ampliação de seus mecanismos de transparência, bem como, do que poderá melhorar para tornar cada vez mais viável o alcance desse objetivo.

2. DADOS GERAIS SOBRE PEDIDO E RESPOSTAS

PEDIDOS RECEBIDOS: 124 (100%)

São aqueles pedidos registrados no Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação e recebidos pela Suframa.

PEDIDOS RESPONDIDOS: 124 (100 % dos recebidos)

São aqueles pedidos recebidos que tiveram qualquer tipo de resposta da Autarquia.

PEDIDOS ATENDIDOS, TOTAL OU PARCIALMENTE: 96 (77,58% dos respondidos)

São aqueles em que a informação foi franqueada ao requerente, total ou parcialmente.

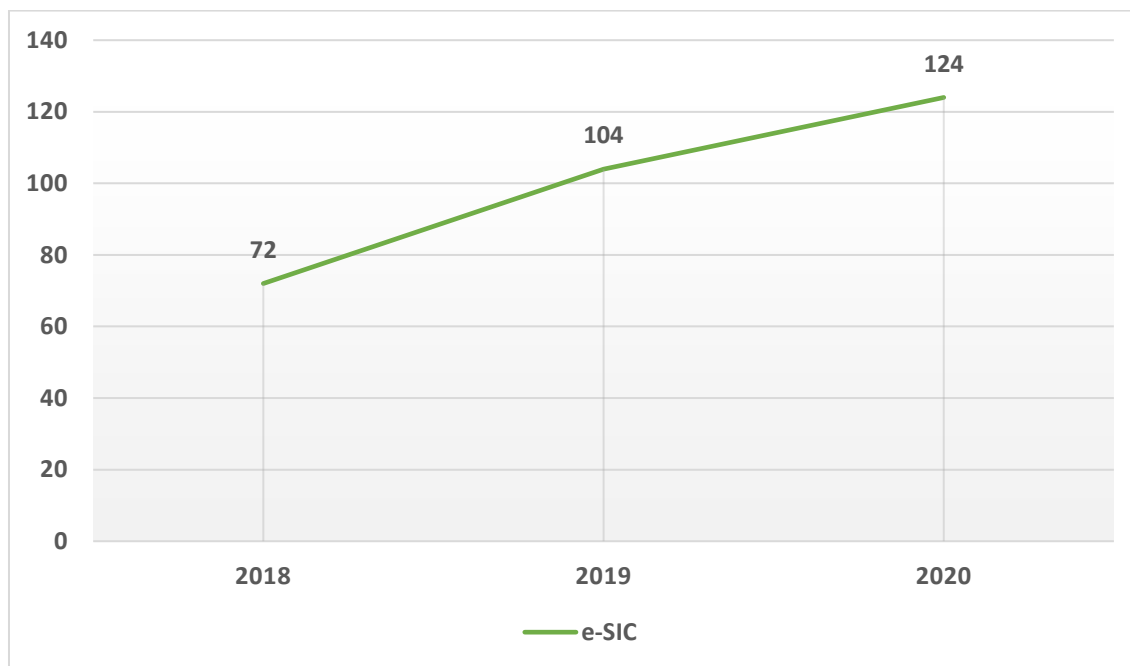
PEDIDOS NEGADOS: 18 (14,52% dos respondidos).

São aqueles em que o órgão nega motivadamente o acesso à informação.

PEDIDOS NÃO ATENDIDOS: 16 (12,91% dos respondidos)

São aqueles que não se tratam de pedido de acesso à informação, ou aqueles que versam sobre matéria da competência legal de outro órgão, ou aqueles que se trata de informação inexistente, ou, ainda, aqueles que é uma solicitação duplicada.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PEDIDOS POR ANO

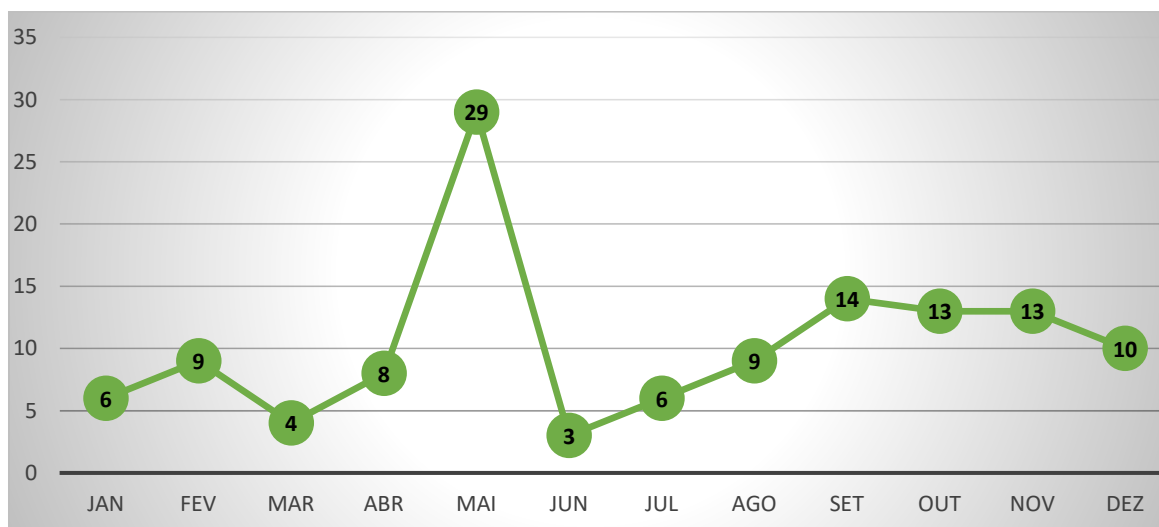


Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

Em 2020, o tempo médio de resposta aos pedidos de informação na Suframa foi de 10,82 dias - prazo menor do que o previsto em lei, que é de 20 dias, com possível prorrogação de 10 dias.

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 EVOLUÇÃO MENSAL DOS PEDIDOS EM 2020



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

3.2. PEDIDOS E RESPOSTAS

124 Pedidos Recebidos

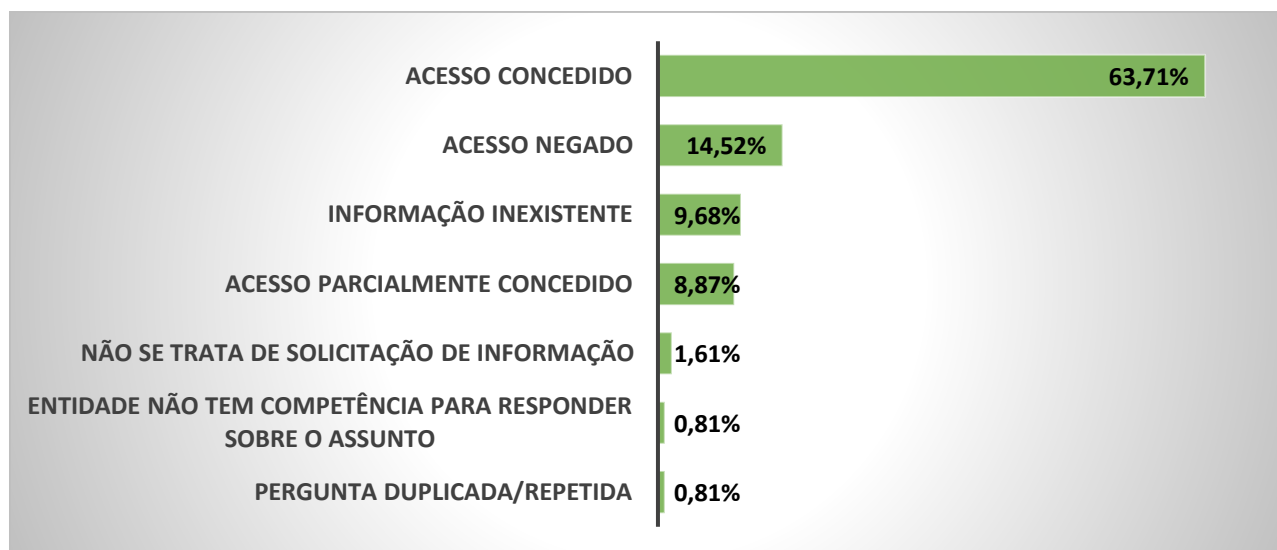
124 Pedidos Respondidos (100%)

81 Solicitantes

1,5 Média de Pedidos por Solicitante

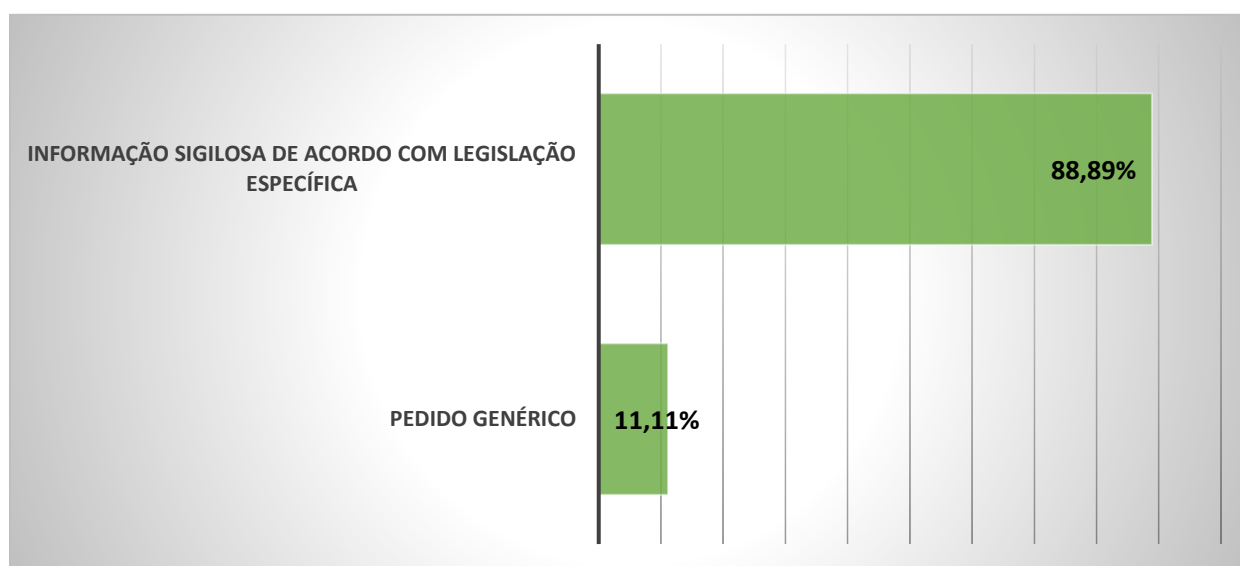
3.3. TIPOS DE DECISÃO

Como os pedidos foram respondidos em 2020



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

MOTIVOS DAS NEGATIVAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 2020



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

Pedido Genérico: classificação dada ao motivo de negativa a pedido de acesso à informação, àquele que não é específico, ou seja, não descreve de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação. É um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para sua delimitação e atendimento (art. 13, I, do Decreto nº 7.724/2012).

Pedido Desproporcional: classificação dada a negativa a pedido de informação cujo pedido inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta. Assim, a Instituição é responsável por evidenciar o nexo entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional (art. 13, II, do Decreto nº 7.724/2012).

Pedido Desarrazado: classificação dada quando o pedido não encontra amparo para a concessão de acesso solicitado nos adjetivos da LAI e tampouco nos seus dispositivos legais, nem nas garantias fundamentais previstas na Constituição. É um pedido que se caracteriza pela desconformidade com os interesses públicos do Estado em prol da sociedade, como a segurança pública, a celeridade e a economicidade da administração pública.

Processo Decisório em Curso: classificação dada ao motivo de negativa a pedido cujo processo decisório ainda está em curso (art. 20 do Decreto nº 7.724/2012).

Pedido Exige Tratamento Adicional de Dados: classificação dada ao motivo de negativa a pedido de informação que exija trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade (art.13, III, do Decreto nº 7.724/2012).

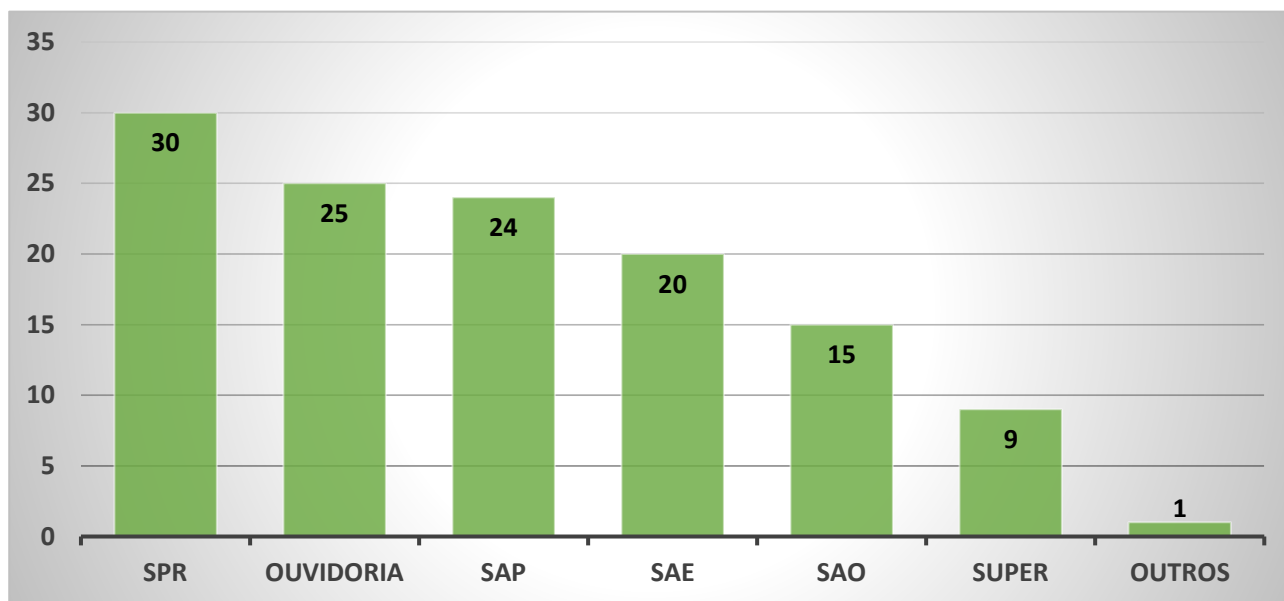
Pedido Incompreensível: classificação dada ao motivo de negativa a pedido de acesso à informação com redação confusa, truncada ou ininteligível.

Informação Sigilosa Classificada Conforme a Lei nº 12.527/2011: classificação dada à negativa a pedido de acesso à informação cuja divulgação indiscriminada possa colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado. O art. 23 da Lei nº 12.527/2011 relaciona as hipóteses de classificação das informações.

Informação Sigilosa de Acordo com Legislação Específica: classificação dada à negativa ao pedido de acesso à informação com base em sigilos estabelecidos em outras leis, como sigilo bancário, fiscal e concorrencial.

Dados Pessoais: classificação dada ao motivo de negativa a pedido de acesso à informação relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoa identificada ou identificável.

PEDIDO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA



Fonte: Planilha de controle interno

4. PERFIL GERAL DOS SOLICITANTES

GÊNERO

PERFIL DOS SOLICITANTES

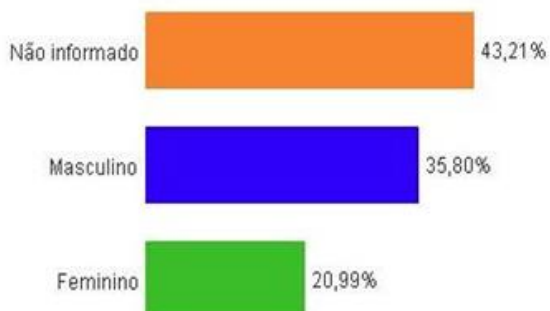
TOTAL DE SOLICITANTES ?

81

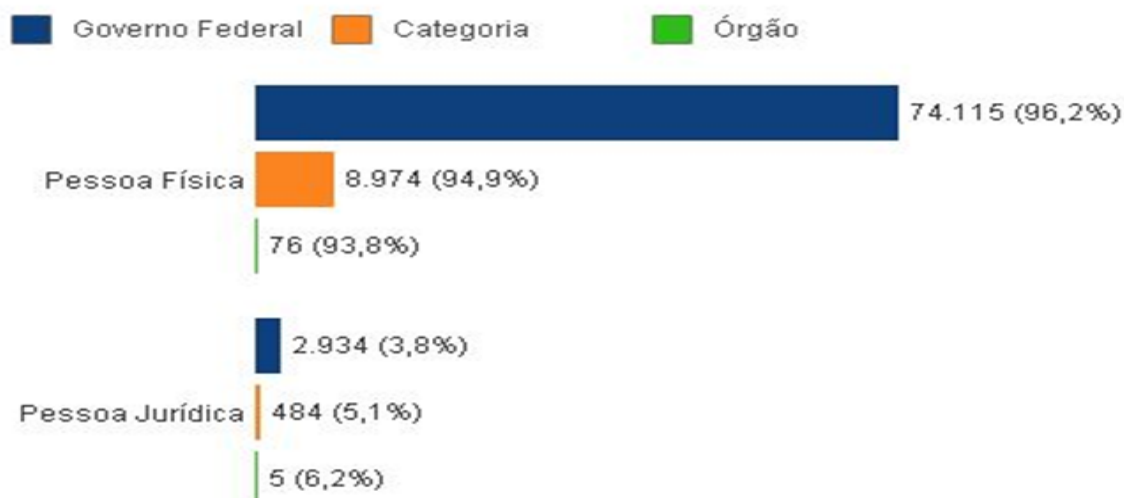
MÉDIA DE PEDIDOS
POR SOLICITANTES

1,5

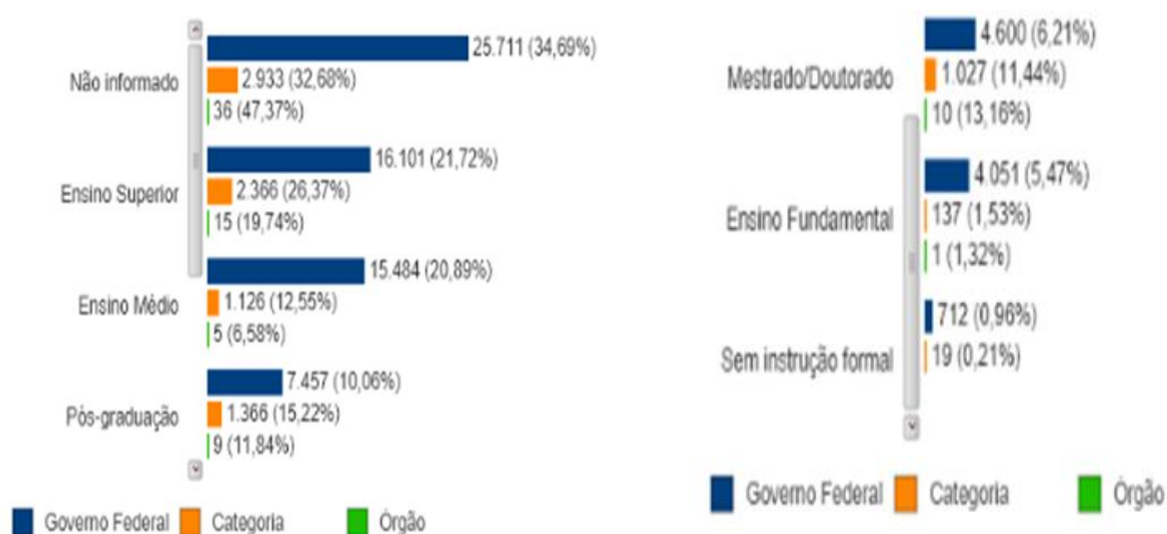
GÊNERO



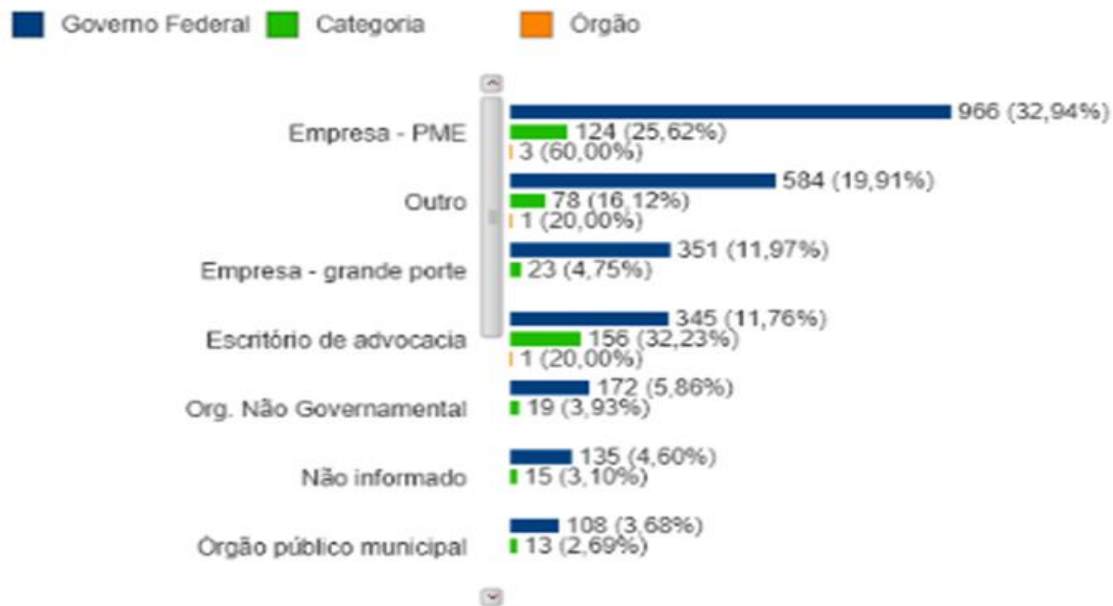
PESSOA FÍSICA E JURÍDICA



ESCOLARIDADE



TIPO DE PESSOA JURÍDICA



LOCALIZAÇÃO DOS SOLICITANTES

Solicitantes		
Região	UF	Solicitantes
NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	38
NORTE	AM	15
SUDESTE	SP	6
SUDESTE	RJ	5
DISTRITO FEDERAL	DF	3
NORTE	RO	3
SUL	RS	3
CENTRO OESTE	GO	2
SUDESTE	MG	1
NORDESTE	CE	1
NORDESTE	RN	1
NORDESTE	AL	1
SUL	PR	1
SUL	SC	1

5. MONITORAMENTO DA LAI

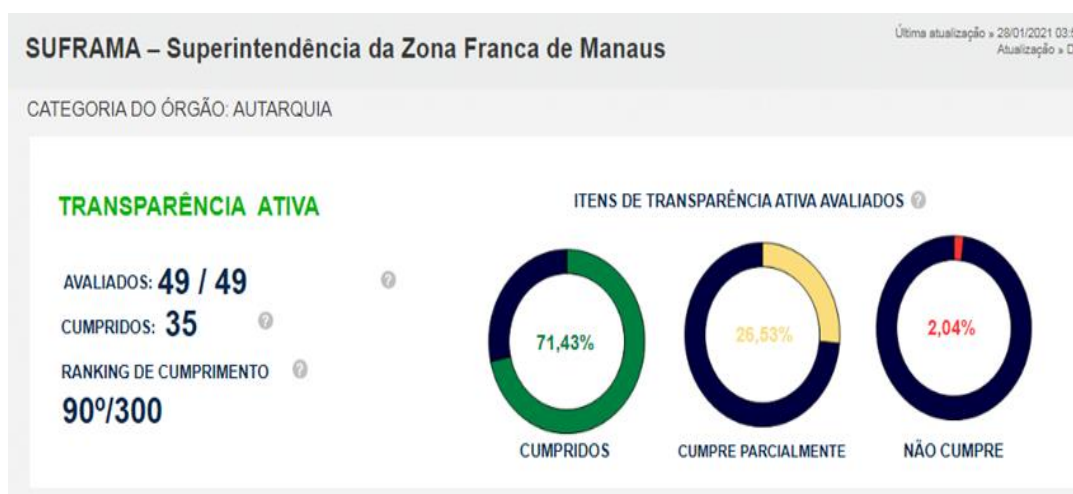
Em cumprimento ao art. 40 da LAI, a autoridade máxima da Instituição, designou a autoridade de monitoramento no âmbito da Suframa, conforme Portaria Nº 780, de 25 de setembro de 2019, para monitorar a implementação da lei e assegurar seu cumprimento. Neste sentido, primeiro ano de exercício na função, a autoridade designada realizou avaliação e o monitoramento sobre o rol mínimo obrigatório de Transparência Ativa, destacando a avaliação do Plano de Dados Abertos, implementado em 2020 na Instituição.

5.1. ROL MÍNIMO DE DADOS OBRIGATÓRIOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

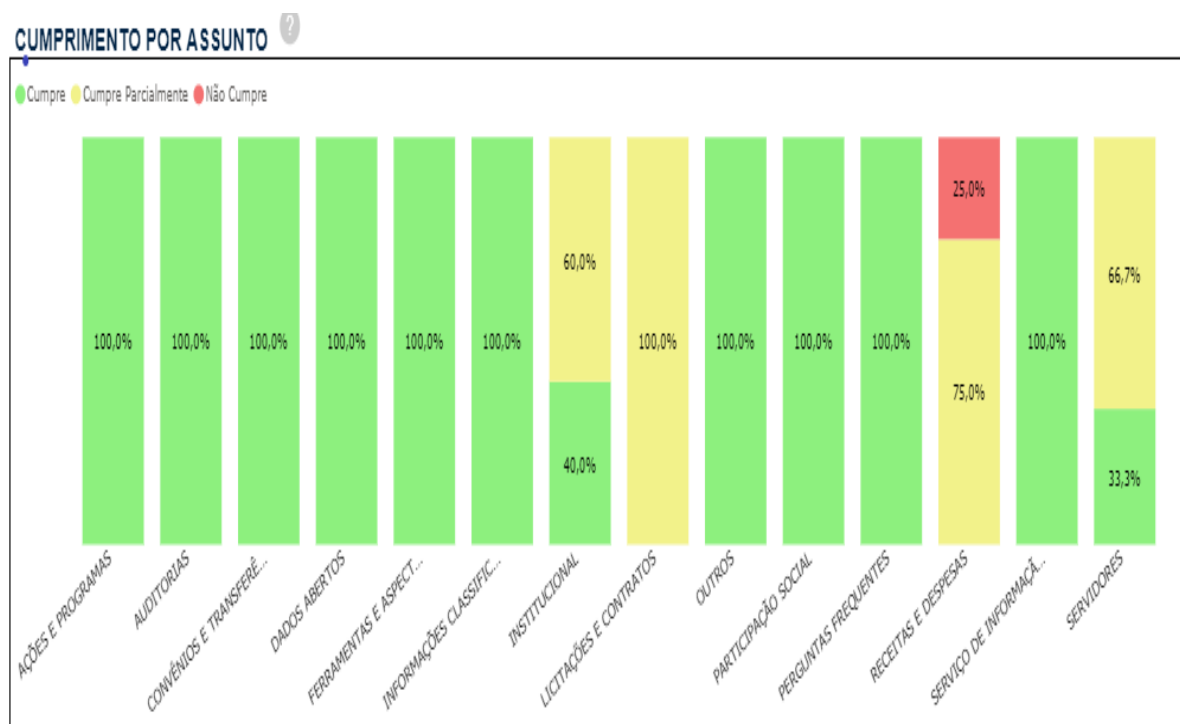
Recebemos o Sic, ao final de 2019 com o registro de 49 (quarenta e nove) itens avaliados de Transparência Ativa, a Suframa cumpria somente 11 (onze) itens (22,45%), 7 (set) itens (16,33%) eram cumpridos parcialmente e 30 (trinta) itens (61,22%) não eram cumpridos.

Identificada a pendência e, conseqüentemente, o descumprimento do Decreto nº 7.724/2012, decreto regulamentador da LAI, desenvolvemos uma força tarefa, SIC, Superintendência Adjunta de Projetos, Superintendência Adjunta de Operações, Superintendência Adjunta Executiva, Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional, o Gabinete da Superintendência, entre outras unidades, para juntos executarmos essa missão.

Como resultado dessa mobilização realizada, criamos o menu Acesso à Informação, nos termos do art. 8º da LAI, e com a inserção de conteúdo a Suframa alcançou a seguinte posição:



ROL MÍNIMO DE DADOS POR ASSUNTO



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

Para realização desse trabalho foi necessário a indicação de responsável por unidade cuja autonomia e autoridade sobre a informação repousasse também na responsabilidade de inserção, ou atualização de conteúdos no site institucional. Dessa forma, cada indicado, cientificado de sua obrigação, facilitou a realização do trabalho e, consequente, permitirá doravante interação junto a autoridade de monitoramento para continuidade da manutenção e atualização constante dessas informações.

RELATÓRIO DE DADOS OBRIGATÓRIOS POR ITEM

35 ITENS CUMPREM

Assunto	Item	Link	Avaliação CGU	Data da Atualização
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga lista dos programas, projetos e ações executados?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga a indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação de seus programas, projetos e ações?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga as principais metas de seus programas, projetos e ações?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020

AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga indicadores de resultado e impacto, quando existentes, relativos a seus programas, projetos e ações?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga os principais resultados de seus programas, projetos e ações?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga sua Carta de Serviço?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga informações gerais sobre programas que resultem em renúncias de receitas?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AÇÕES E PROGRAMAS	O órgão ou entidade divulga informações sobre programas financiados pelo Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas	Cumpre	03/06/2020
AUDITORIAS	O órgão ou entidade divulga seus relatórios de gestão?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/auditorias	Cumpre	02/06/2020
AUDITORIAS	O órgão ou entidade divulga seus relatórios e certificados de auditoria?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/auditorias-internas	Cumpre	04/06/2020
AUDITORIAS	O órgão ou entidade divulga Informações sobre os processos de auditorias anuais de contas?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/processos-de-contas-anuais	Cumpre	04/06/2020
AUDITORIAS	O órgão ou entidade divulga Informações sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/auditorias-internas	Cumpre	02/06/2020
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	O órgão ou entidade divulga informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/convenios-e-transferencias	Cumpre	04/06/2020
DADOS ABERTOS	O órgão ou entidade divulga informações sobre a implementação da política de dados abertos?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos	Cumpre	04/06/2020
DADOS ABERTOS	O site do órgão ou entidade possibilita gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários (tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações)?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos	Cumpre	04/06/2020
FERRAMENTAS E ASPECTOS TECNOLÓGICOS DOS SITES DOS ÓRGÃOS	O sítio eletrônico do órgão ou entidade disponibiliza ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara?	https://www.gov.br/suframa/pt-br	Cumpre	02/06/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	O órgão ou entidade divulga o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	04/06/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Data da última atualização do rol:	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	06/07/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	O órgão ou entidade divulga o rol das informações desclassificadas, no período de 1º de junho do ano anterior a 31 de maio do corrente ano, em cada grau de sigilo?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	04/06/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Data da última atualização do rol:	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	06/07/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	O órgão ou entidade disponibiliza o formulário de pedido de desclassificação e recurso referente a pedido de desclassificação?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	19/10/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Qual o total de Informações Classificadas como 'Reservadas' no órgão ou entidade atualmente?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	04/06/2020

		informacao/informacoes-classificadas		
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Qual o total de Informações Classificadas como 'Secretas' no órgão ou entidade atualmente?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	04/06/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Qual o total de Informações Classificadas como 'Ultrassecretas' no órgão ou entidade atualmente?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	06/07/2020
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Qual o total de informações desclassificadas no órgão ou entidade no período de 1º de junho do ano anterior a 31 de maio do corrente ano?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-classificadas	Cumpre	04/06/2020
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga sua estrutura organizacional [organograma] até o 4º nível hierárquico?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional	Cumpre	03/06/2020
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga os horários de atendimento ao público?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/institucional	Cumpre	03/06/2020
OUTROS	Além das informações obrigatórias, o órgão ou entidade publica outras informações em transparência ativa? Informar a lista de informações publicadas no campo observações e o endereço eletrônico onde se encontram esse banco de dados.	https://www.gov.br/suframa/pt-br	Cumpre	25/11/2020
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	O órgão ou entidade divulga informações sobre as instâncias e mecanismos de participação social que disponibiliza?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social	Cumpre	02/06/2020
PERGUNTAS FREQUENTES	O órgão ou entidade divulga em seus sítios eletrônicos as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade? Informe no campo 'observação' a data da última atualização.	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/faq	Cumpre	02/06/2020
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	O órgão ou entidade divulga informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)? [Localização; horário de funcionamento; nome dos servidores; telefone e e-mails específicos para orientação e esclarecimentos de dúvidas; nome e cargo da autoridade de monitoramento da LAI]	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic	Cumpre	03/06/2020
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	O órgão ou entidade disponibiliza o modelo de formulário de solicitação de informação para aqueles que queiram apresentar o pedido em meio físico (papel) junto ao SIC?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic	Cumpre	03/06/2020
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	O órgão ou entidade publica em seu sítio eletrônico banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic	Cumpre	03/06/2020
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	O órgão ou entidade divulga os relatórios estatísticos de atendimento à Lei de Acesso à Informação?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic	Cumpre	23/11/2020
SERVIDORES	O órgão ou entidade divulga as íntegras dos editais de concursos públicos realizados?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/acao-a-informacao/servidores/concursos-encerrados-1	Cumpre	02/06/2020

1 ITEM NÃO CUMPRE

Assunto	Item	URL	Avaliação CGU	Data da Atualização	Observações CGU
RECEITAS E DESPESAS	O órgão ou entidade divulga informações detalhadas sobre a execução orçamentária de suas despesas (por unidade orçamentária)?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-despesas	Não Cumpre	02/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA publique na seção 'Acesso à Informação' > 'Receitas e Despesas', as informações sobre a execução orçamentária. Deve ser disponibilizado link remetendo para o item específico 'Orçamento da Despesa Pública' do Portal da Transparência, juntamente com passo-a-passo sobre como acessar as informações.

13 ITENS CUMPREM PARCIALMENTE

Assunto	Item	LINK	Avaliação CGU	Data da Atualização	Observações CGU
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga suas competências até o 4º nível hierárquico?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias	Cumpe Parcialmente	19/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA inclua, em 'Acesso à Informação' > 'Institucional', as competências de todos os integrantes de sua estrutura organizacional, até o 4º nível hierárquico.
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga a base jurídica de sua estrutura organizacional e competências até o 4º nível hierárquico?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/regimento-interno	Cumpe Parcialmente	03/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA inclua, em 'Acesso à Informação' > 'Institucional', não somente o regimento interno, mas toda a base jurídica de sua estrutura organizacional e competências, até o 4º nível hierárquico.
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga lista de seus principais cargos e respectivos ocupantes ["quem é quem"] até o 5º nível hierárquico?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/composicao	Cumpe Parcialmente	03/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA divulgue, em 'Acesso à Informação' > 'Institucional', a lista de todos os principais cargos e seus respectivos ocupantes ("Quem é quem") até o 5º nível hierárquico.
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga telefones, endereços e e-mails de contato dos ocupantes de seus principais cargos até o 5º nível hierárquico?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/composicao	Cumpe Parcialmente	03/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA divulgue, em 'Acesso à Informação' > 'Institucional', além dos telefones e e-mails, os endereços de contato dos ocupantes de seus principais cargos até o 5º nível hierárquico.

INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade divulga a agenda de autoridades até o 4º nível hierárquico?	https://www.gov.br/sufra/ma/pt-br/aceso-a-informacao/agendas	Cumpre Parcialmente	03/06/2020	A agenda de todas as autoridades da SUFRAMA, até o 4º nível hierárquico, deve ser atualizada diariamente e permanecer registrada para consultas posteriores na seção 'Acesso à Informação' > 'Institucional'. É necessário, ainda, criar mecanismo que possibilite o download do histórico da agenda de autoridades em formato aberto.
INSTITUCIONAL	O órgão ou entidade publica os currículos de todos os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior?	https://www.gov.br/sufra/ma/pt-br/composicao/curriculos	Cumpre Parcialmente	08/06/2020	Orienta-se que a SUFRAMA publique, na seção 'Acesso à Informação' > 'Institucional', os currículos de todas as suas autoridades. O Decreto nº 9.727/2019 e a Manifestação nº 2, de 10 de dezembro de 2015, do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, recomendam que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal publiquem em suas páginas oficiais na Internet os currículos de todos os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior, no mínimo, de nível DAS 4 ou equivalentes.
LICITAÇÕES E CONTRATOS	O órgão ou entidade divulga informações sobre suas licitações?	https://www.gov.br/sufra/ma/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos	Cumpre Parcialmente	04/06/2020	Orienta-se que o órgão disponibilize, ainda, link para o Portal da Transparência remetendo especificamente para a área (licitações) onde as informações do órgão já estão disponíveis, sendo necessário, ainda, que seja apresentado um passo-a-passo para encontrar a informação desejada.
LICITAÇÕES E CONTRATOS	O órgão ou entidade divulga informações sobre os contratos firmados em seu âmbito?	https://www.gov.br/sufra/ma/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos	Cumpre Parcialmente	04/06/2020	A SUFRAMA deve divulgar as informações referentes a todos os contratos celebrados na seção. Orienta-se que seja disponibilizado link remetendo para a área específica do Portal da Transparência, juntamente com um passo a passo que auxilie o usuário a encontrar a informação desejada. A partir da publicação do Acórdão nº 1.855/2018-Plenário, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou também a exigir a publicação do inteiro teor dos contratos celebrados por órgãos e entidades

					nessa subseção. Assim, para o correto cumprimento das obrigações desse item, os órgãos deverão adicionar esses dados aos demais acima mencionados.
RECEITAS E DESPESAS	O órgão ou entidade divulga informações sobre sua receita pública?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-despesas	Cumpre Parcialmente	02/06/2020	Orienta-se a publicação de um passo-a-passo que facilite ao cidadão encontrar a informação no Portal da Transparência.
RECEITAS E DESPESAS	O órgão ou entidade divulga informações detalhadas sobre a execução financeira de suas despesas?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-despesas	Cumpre Parcialmente	02/06/2020	Orienta-se a publicação de um passo-a-passo que facilite ao cidadão encontrar a informação no Portal da Transparência.
RECEITAS E DESPESAS	O órgão ou entidade divulga informações detalhadas sobre suas despesas com diárias e passagens?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-despesas	Cumpre Parcialmente	02/06/2020	Orienta-se a publicação de um passo-a-passo que facilite ao cidadão encontrar a informação no Portal da Transparência.
SERVIDORES	O órgão ou entidade divulga informações sobre seus servidores?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/servidores	Cumpre Parcialmente	02/06/2020	Orienta-se a publicação de um passo-a-passo que facilite ao cidadão encontrar a informação no Portal da Transparência.
SERVIDORES	O órgão ou entidade divulga a relação completa de empregados terceirizados?	https://www.gov.br/suframa/pt-br/aceso-a-informacao/servidores	Cumpre Parcialmente	02/06/2020	Os órgãos/entidades federais devem divulgar a relação de empregados terceirizados contendo, além das informações já divulgadas pela SUFRAMA, o CPF descaracterizado. Destaca-se ainda a necessidade de atualização quadrimestral dessas informações, conforme determinação legal.

Como implemento a esse trabalho e na observância da LAI, que em seu art. 8º estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas de ofício, conforme o rol mínimo obrigatório estendemos a ação e além, desses itens disponibilizamos conteúdos de relevância para a sociedade em nosso menu de acesso à informação, como, por exemplo, os itens Corregedoria, Gestão e Ética, Integridade e Risco etc.

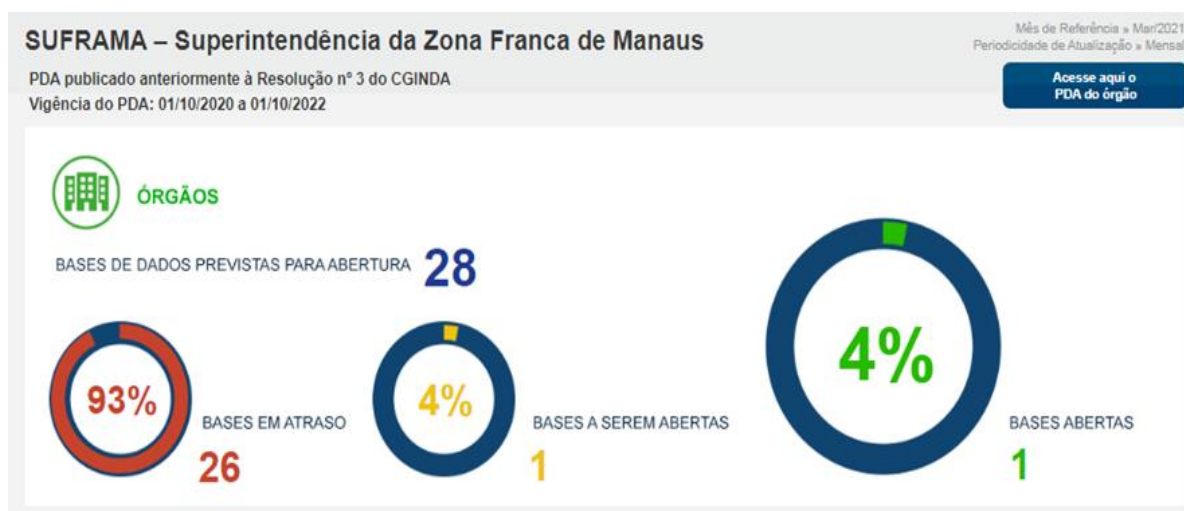
5.2. AVALIAÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

Selecionamos e destacamos como um item individual para monitorarmos neste exercício o Plano de Dados Aberto, por tratar-se de uma política de governo que visa a implementação e o fomento à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, para a qual define regras para disponibilização em todos os órgãos e instituições federais de dados abertos governamentais em prol da sociedade.

O Plano de Dados Abertos (PDA) é um instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos, pois organiza o planejamento das ações de implementação e promoção da

abertura de dados dos órgãos. O art. 5º do Decreto nº 8.777, de 2016 e a Resolução nº 3 da CGINDA estabelecem regras de publicação e determinam o conteúdo que deve estar presente nos planos.

Nesse contexto desenvolvemos a monitoria sobre os dados abertos da Suframa, iniciando um trabalho de construção do Plano de Dados Abertos para o biênio 2020/2022, a partir da institucionalização de um Grupo de Trabalho – GT Dados Abertos, conforme Portaria Nº 364, de 15 de maio de 2020. Essa ação foi necessária uma vez que a Suframa disponibilizava no Painel de Dados Abertos um PDA do período 2017/2018, encontrando-se desatualizado com suas bases de dados cadastradas, porém não catalogadas, conforme demonstrativo a seguir:



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>

Ao longo da execução desse trabalho os responsáveis pelos dados encontraram dificuldades para realiza-lo, uma vez que a matéria exige detalhamento específico a cada fase do processo de execução, como também lhes faltou expertise, considerando que foi a primeira vez que esse trabalho foi realizado na Autarquia, o que culminou para a não abertura das bases até ao final do ano 2020.

Contudo, considerando que o PDA cumpre uma vigência de 2 (dois), de 01/10/2020 a 01/10/2022, programamos uma revisão para o segundo semestre de 2021, onde realizaremos a avaliação sobre a continuidade e verificação do cumprimento das normas, com vistas a adoção de medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos na Suframa.

6. RECURSOS

A Suframa contemplou em Portaria sobre as atividades de ouvidoria e de acesso à informação procedimentos e prazos para interposição e resposta a recursos previstos nos artigos 15 a 20 da LAI e no art. art. 21 do Decreto nº 7.724/2012.

Nestes termos a Suframa atua como uma das instâncias recursais da LAI, podendo ser acionada pelo cidadão, por duas vezes, em primeira instância, por negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões de negativa de acesso, e em segunda instância, facultado ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo federal, apresentar um segundo recurso, o qual trata-se de mais uma possibilidade de recurso que ocorre no âmbito da Instituição que recebeu o pedido e o negou.

O recurso, de primeira instância é dirigido à autoridade hierarquicamente superior ao servidor responsável pela elaboração da resposta inicial. Esse recurso deve ser analisado no prazo de 5 (cinco) dias. Enquanto que o segundo é dirigido à autoridade máxima da Autarquia e os prazos são os mesmos: 10 dias para que o usuário recorra e 5 dias para que a autoridade máxima o decida.

Desta forma, frustrado o direito de acesso à informação, no órgão originalmente demandado, o cidadão pode apelar para a CGU, situação em que se tem os recursos denominados regulares ou de terceira instância.

Nos termos da LAI, também é possível apresentar recurso à CGU em casos de omissão de resposta por parte do órgão ou entidade no qual o requerimento teve origem, situação em que se tem o chamado recurso por omissão ou reclamação.

A competência para o julgamento desses recursos é atribuída ao Ouvidor-Geral da União, especificamente, no artigo 12, incisos V e VI do Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2017.

Quantidade de recursos



Fonte <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

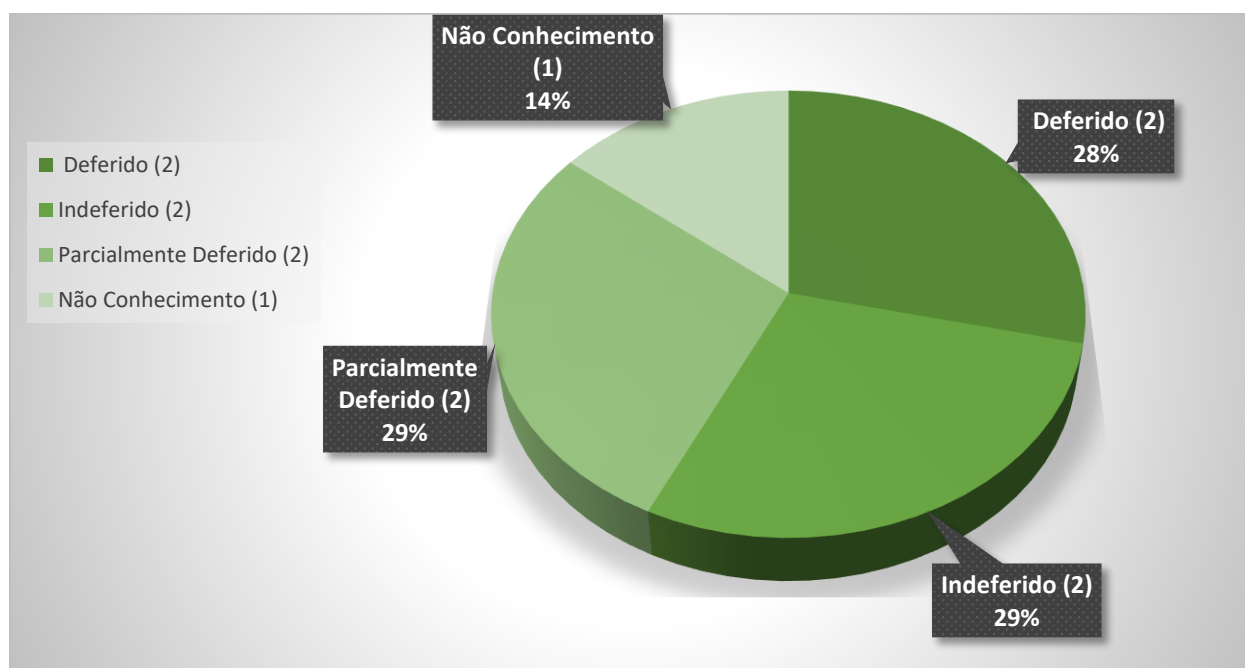
124 PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

7 INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS

Do total dos recursos interpostos, 7 (sete) casos, a Suframa decidiu, em 2 (dois) pelo deferimento, 2 (dois) pelo Indeferimento, 2 (dois) pelo deferimento parcial e 1 (um) pelo não conhecimento do recurso, ou seja, foram analisados apenas os pressupostos recursais básicos, uma vez que o recurso veiculava, em sua maioria um pedido de complementação da informação, uma reclamação ou até uma solicitação, dentre estes havia um caso que se tratou de consulta jurídica.

O gráfico abaixo demonstra a distribuição dos tipos de decisão em recursos interpostos a Suframa.

PERCENTUAL DE TIPOS DE DECISÃO



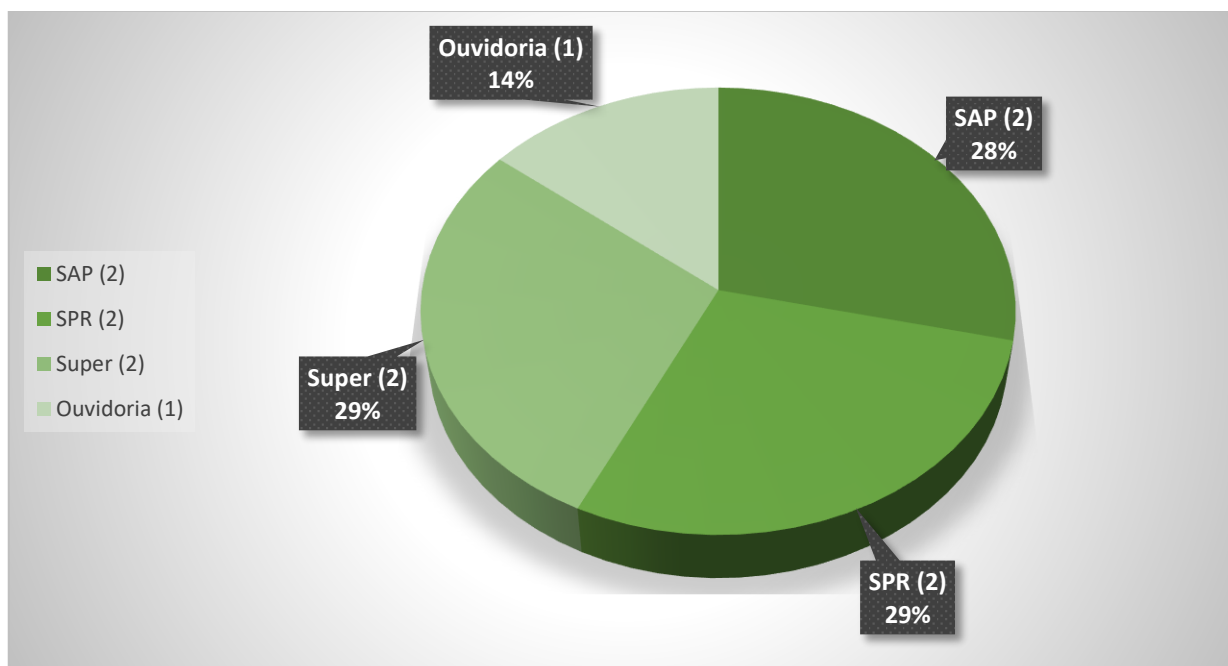
Fonte <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

Observa-se pelo gráfico acima que o percentual de 28,57 % foi decidido por deferimento, não deferimento e decisão parcialmente deferida, e em 14,29%, correspondeu a 1 (um) recurso, que foi do tipo “Não Conhecimento” porque o recurso não atendia aos requisitos de admissibilidade e, portanto, não teve análise de mérito.

O gráfico acima demonstra, ainda, que 6 (seis) recursos tiveram análise de mérito, o que corresponde a 85,71% do total dos casos avaliados pela Suframa.

As decisões do tipo “Deferido” (Total ou Parcial) são aquelas que demonstram a reversão do recurso de forma favorável ao cidadão. Sendo assim, tendo como parâmetro apenas os recursos que foram conhecidos, identifica-se, pelo gráfico que as decisões da Suframa em 57,14% das vezes foram favoráveis ao cidadão, ainda, que parcialmente, acolhendo-se os argumentos do recorrente para franquear o acesso à informação de natureza pública.

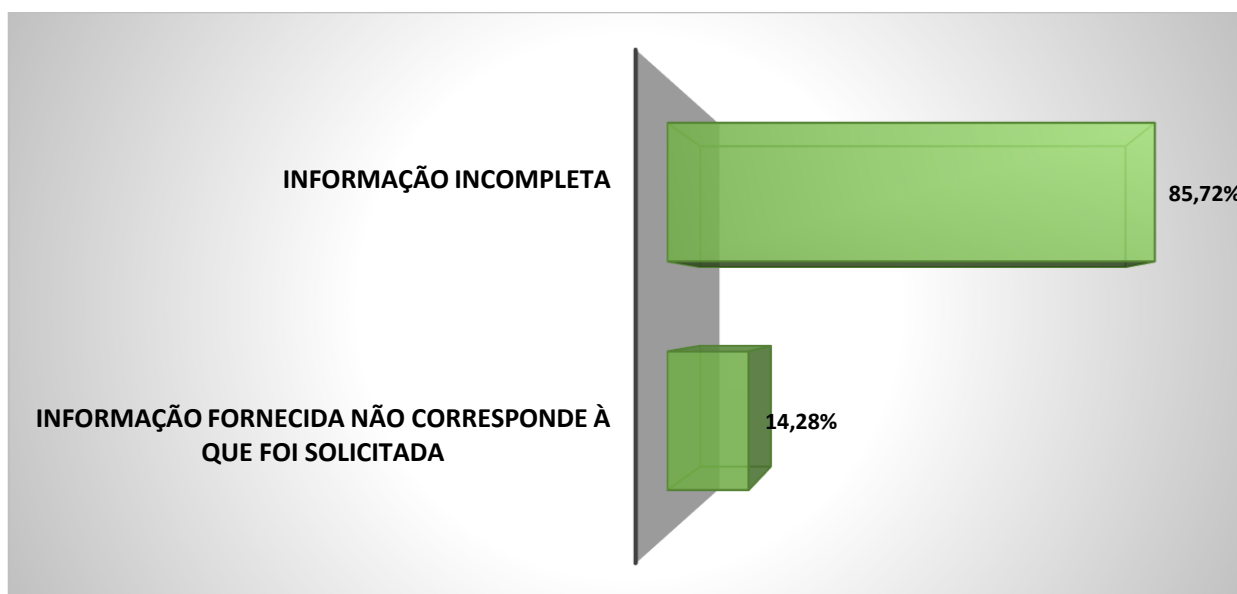
RECURSOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA



Fonte <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

A Superintendência de Projetos a Ouvidoria e a Superintendência aparecem como unidades mais demandadas, em função da temática de atuação, por ser a unidade de maior diversidade e concentração de informações, e pôr fim a superintendência, por tratar-se de unidade cuja a autoridade máxima da Instituição é o titular, sendo natural que receba um número elevado de pedidos e, por consequência, de recursos.

PERCENTUAL MOTIVO DOS RECURSOS



Fonte <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

RECURSO CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU)

Registramos um (1) recurso em que o requerente recorreu em 3ª instância, situação em que o cidadão recorre ao órgão de controle (CGU), nos termos do art. 16 da LAI, em razão de indeferimento da autoridade máxima da Autarquia.

Para esse recurso a CGU emitiu decisão pelo **DESPROVIMENTO**, que significa que as razões da negativa são adequadas, nos termos legais; do recurso interposto, fundamentado no art. 22 da Lei nº 12.527/11 c/c art. 150 Lei 8.112/90.

RECURSO COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) é a quarta e última instância recursal administrativa em caso de pedido de acesso à informação. A CMRI, órgão colegiado, composto por representantes de órgãos/entidades do governo, foi criada pela LAI e regulamentada pelo Decreto n. 7.724/2012.

Em face da negativa de acesso mantida pela CGU, pode o usuário, encaminhar recurso à CMRI no prazo de 10 (dez) dias contados da decisão da CGU.

Para o recurso que obteve Desprovimento pela CGU, o cidadão em seu direito recorreu em 4ª instância, a CMRI, a qual emitiu a Decisão de nº 87/2021/CMRI, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso interposto, com fundamento no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527,

de 2011, no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012, e no art. 64 da Instrução Normativa nº 14, de 2018, da Controladoria-Geral da União.

7. APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS

INDICAÇÃO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA RESPOSTA

A partir do segundo semestre de 2020, o SIC/Suframa vem aprimorando o padrão de suas respostas e informando ao cidadão, por meio da resposta encaminhada, a área interna que foi a responsável pela formulação da resposta apresentada aos pedidos de acesso à informação.

INFORMAÇÃO SUJEITA À RESTRIÇÃO DE CONTEÚDO

Adotamos o procedimento de identificar a necessidade de informar, via – Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, se o referido pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme requerido pela LAI.

Para os pedidos que foram restritos indevidamente, efetuamos a regularização e passamos a ofertar sua disponibilização aos cidadãos.

Desse modo, após essa reclassificação dos 124 pedidos de acesso à informação recebidos no ano de 2020, apenas 28 (vinte e oito) contém conteúdo sujeito à restrição de acesso, correspondendo a informações pessoais cuja restrição é previsto no art.31 da Lei 12.527/2011, bem como, existem Informações de sigilo empresarial, previstas no art. Art. 169 da Lei nº11.101/2005.

O quadro a seguir, demonstra que 77,4% dos pedidos recebidos pelo SIC/Suframa estão disponíveis para consulta dos usuários, evitando assim que os usuários requisitem novamente informações já solicitadas por outros usuários e que estão sendo disponibilizadas de forma proativa pela autarquia.

